

INOVAÇÃO SOCIAL NO TERCEIRO SETOR: A EXPERIÊNCIA DO RECONHECIMENTO NAS PRÁTICAS DO INSTITUTO PE. VILSON GROH (2020–2024)

Social Innovation in the Third Sector:

The Experience of Recognition in the Practices of the Fr. Vilson Groh Institute (2020–2024)

Vilson Groh*

romero@redeivg.org.br

Nei Antonio Nunes**

romero@redeivg.org.br

<https://orcid.org/0000-0003-2744-9206>

Adriana Laffin***

adriana@apoiocomunicacao.com.br

*Sacerdote católico, educador e articulador social com mais de 40 anos de atuação nas periferias de Florianópolis, Santa Catarina. Doutor Honoris Causa pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2024) e pela Universidade Federal de Santa Catarina (2025), é mestre em Educação pela UFSC e bacharel em Teologia pelo Instituto Teológico de Santa Catarina (ITESC).

**Doutorado em Sociologia Política, mestrado em Educação e bacharelado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou estágio doutoral na modalidade sanduíche na Universidade do Porto, em Portugal. Estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. É professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul).

***Jornalista formada pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), com MBA em Comunicação Empresarial e em Gestão de Crises.

Recebido em: 23/03/2026

Aprovado em: 20/05/2026



Este artigo está licenciado com a licença:
Creative Commons Attribution-
NonCommercial No Derivatives 4.0 Inter-
national License

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar de que forma as ações desenvolvidas pelo Instituto Pe. Vilson Groh (IVG) podem ser compreendidas como práticas de inovação social, considerando sua contribuição para a promoção da identidade e reconhecimento de sujeitos, individual e coletivamente, em territórios de maior vulnerabilidade social. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa e delineamento na forma de estudo de caso único, fundamentada em análise documental longitudinal dos relatórios institucionais do IVG referentes ao período de 2020 a 2024. Como procedimento complementar, foram realizadas conversas institucionais consentidas com membros e participantes da organização, utilizadas exclusivamente para contextualização interpretativa das evidências documentais. Os dados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), orientada pela categoria analítica do reconhecimento. Os resultados evidenciam um processo consistente de consolidação institucional e ampliação do impacto social ao longo do período analisado, culminando no alcance de mais de 19 mil pessoas em 2024 por meio de programas educacionais, socioeducativos e comunitários. Observa-se que as práticas desenvolvidas contribuem para o fortalecimento da autonomia, da identidade e da participação social dos sujeitos atendidos, ao mesmo tempo em que a atuação em rede amplia o alcance, a eficácia e a sustentabilidade das intervenções sociais. Conclui-se que o Instituto Pe. Vilson Groh constitui um caso consistente de inovação social no terceiro setor brasileiro, evidenciando o papel estratégico das organizações da sociedade civil na promoção do desenvolvimento humano e na redução das desigualdades estruturais.

Palavras-chave: inovação social; terceiro setor; inclusão social; empoderamento; reconhecimento.

Abstract: This study aims to analyze how the actions developed by the Instituto Pe. Vilson Groh (IVG) can be understood as practices of social innovation, considering their contribution to the promotion of identity and recognition of individuals, both individually and collectively, in territories marked by greater social vulnerability. Methodologically, this is an exploratory study with a qualitative approach and a single case study design, grounded in a longitudinal documentary analysis of IVG's institutional reports covering the period from 2020 to 2024. As a complementary procedure, consented institutional conversations were conducted with members and participants of the organization, used exclusively to provide

interpretative contextualization of the documentary evidence. Data were analyzed using content analysis techniques, in accordance with Bardin (2011), guided by the analytical category of recognition. The results reveal a consistent process of institutional consolidation and expansion of social impact throughout the analyzed period, culminating in reaching more than 19,000 people in 2024 through educational, socio-educational, and community-based programs. The findings indicate that the practices developed contribute to strengthening the autonomy, identity, and social participation of the individuals served, while network-based action enhances the reach, effectiveness, and sustainability of social interventions. It is concluded that Instituto Pe. Vilson Groh represents a consistent case of social innovation within the Brazilian third sector, highlighting the strategic role of civil society organizations in promoting human development and reducing structural inequalities.

Keywords: social innovation; third sector; empowerment; social inclusion; recognition.

INTRODUÇÃO

As transformações sociais, econômicas e institucionais observadas nas últimas décadas têm intensificado o debate acerca das desigualdades estruturais que atravessam as sociedades contemporâneas, especialmente no que se refere ao acesso desigual a oportunidades educacionais, econômicas e sociais. Fenômenos como a persistência da pobreza, a exclusão social e a limitação no acesso a direitos fundamentais evidenciam as fragilidades dos modelos tradicionais de desenvolvimento, reforçando a necessidade de estratégias capazes de promover inclusão social e desenvolvimento humano de forma estruturada e sustentável.

Nesse contexto, as organizações da sociedade civil assumem papel crescente na formulação e implementação de respostas inovadoras a problemas sociais complexos. Essas organizações atuam, frequentemente, em territórios marcados por vulnerabilidades sociais, desenvolvendo práticas que buscam não apenas atender demandas imediatas, mas promover processos estruturantes de transformação social. É nesse cenário que emerge a concepção de inovação social, compreendida como o desenvolvimento de soluções, práticas ou modelos organizacionais capazes de responder a necessidades sociais de forma mais eficaz, equitativa e sustentável, ao mesmo tempo em que fortalece as potencialidades individuais e coletivas de impacto social dos sujeitos envolvidos (Bignetti, 2011; Mulgan et al., 2007; Moulart et al., 2013; Phillips et al., 2015; Howaldt et al., 2016; Shier et al., 2019).

Embora a literatura sobre inovação social avance conceitualmente, ainda são limitados os estudos empíricos longitudinais baseados em evidências documentais sistemáticas no contexto do terceiro setor brasileiro. Ao analisar relatórios institucionais do IVG produzidos entre 2020 e 2024, este estudo contribui para reduzir essa lacuna ao evidenciar como práticas orientadas ao reconhecimento – geradoras de empoderamento e inclusão – se organizam como estratégia institucional e se expressam em indicadores de alcance e continuidade de maiores níveis de emancipação.

Diferentemente da inovação tradicional, historicamente associada à geração de valor econômico e à competitividade de mercado (Schumpeter, 1985; OCDE, 2005), a inovação social orienta-se pela geração de valor social, promovendo processos de inclusão, reconhecimento e empoderamento. Essa perspectiva amplia o entendimento da inovação ao incorporá-la como instrumento de transformação social, especialmente relevante em contextos caracterizados por desigualdades persistentes e limitações estruturais no acesso a direitos e oportunidades.

Entre as dimensões centrais da inovação social, destacam-se os processos de reconhecimento geradores de empoderamento e inclusão social. O reconhecimento, conforme proposto por Honneth (2009), constitui elemento fundamental para a construção da identidade e da autonomia dos sujeitos, sendo condição necessária para sua participação emancipada na vida social. Constitutivo do reconhecimento e parte do processo emancipatório, o empoderamento refere-se ao processo por meio do qual os indivíduos ampliam suas capacidades de ação e desenvolvem autonomia, fortalecendo sua capacidade de intervir em suas próprias trajetórias. E a inclusão social relaciona-se diretamente à ampliação das capacidades e das liberdades individuais, permitindo que os sujeitos participem de forma efetiva da vida social, educacional e econômica (Huisman, 2004; Brym et al., 2010; Dortier, 2010; Canto-Sperber, 2013).

No Brasil, as organizações do terceiro setor desempenham papel estratégico na promoção desses processos, especialmente em territórios marcados por vulnerabilidade social. Por meio de programas educacionais, socioeducativos e comunitários, essas instituições contribuem para o fortalecimento das capacidades individuais e coletivas, promovendo trajetórias de desenvolvimento humano e inclusão social. Nesse sentido, investigar as práticas desenvolvidas por essas organizações permite compreender como a inovação social se materializa em contextos institucionais concretos e quais são seus impactos nos processos de transformação social.

É nesse contexto que se insere o Instituto Pe. Vilson Groh (IVG), organização da sociedade civil com sede em Florianópolis, Santa Catarina, cuja atuação se orienta pela promoção da inclusão social e do desenvolvimento humano de populações em situação de vulnerabilidade social. Por meio de uma rede de organizações parceiras e da implementação de programas educacionais e socioeducativos, o Instituto desenvolve ações voltadas à formação humana, ao fortalecimento das capacidades individuais e à ampliação das oportunidades educacionais e sociais dos sujeitos atendidos.

Diante desse cenário, a presente pesquisa é orientada pela seguinte questão norteadora: de que forma as ações desenvolvidas pelo Instituto Pe. Vilson Groh, no período de 2020 a 2024, podem ser compreendidas como práticas de inovação social, considerando sua contribuição para a promoção do reconhecimento gerador do empoderamento e da inclusão social?

O objetivo geral do estudo consiste em analisar se e em que medida as ações desenvolvidas pelo Instituto Pe. Vilson Groh podem ser caracterizadas como práticas de inovação social, considerando seus fundamentos institucionais, suas estratégias de atuação e seus impactos nos processos de inclusão social e desenvolvimento humano. Para tanto, foi adotado um recorte temporal compreendido entre os anos de 2020 e 2024, período que permite examinar a evolução institucional e a consolidação das práticas desenvolvidas pela organização em um contexto marcado por transformações sociais significativas, incluindo os impactos decorrentes da pandemia de Covid-19.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa caracteriza-se como um estudo exploratório, com abordagem qualitativa e delineamento na forma de estudo de caso único, tendo como unidade de análise o Instituto Pe. Vilson Groh. A investigação fundamenta-se predominantemente na análise documental longitudinal dos relatórios institucionais da organização, complementada por conversas institucionais consentidas com membros e participantes, utilizadas exclusivamente para contextualização interpretativa das evidências documentais.

A relevância científica deste estudo reside na contribuição para o avanço do conhecimento sobre a inovação social no contexto do terceiro setor brasileiro, especialmente no que se refere à compreensão dos processos institucionais que contribuem para a promoção do reconhecimento como condição para o empoderamento e a inclusão social. Do ponto de vista social, o estudo contribui para evidenciar o papel estratégico das organizações da sociedade civil na promoção do desenvolvimento humano e no enfrentamento das desigualdades estruturais.

Além desta introdução, o artigo está estruturado em cinco seções. A segunda seção apresenta a fundamentação teórica sobre inovação e inovação social. A terceira seção descreve os procedimentos metodológicos adotados. A quarta seção apresenta os resultados e discussões. A quinta seção apresenta a análise integrada dos resultados. Por fim, a sexta seção apresenta as considerações finais do estudo.

1 INOVAÇÃO E INOVAÇÃO SOCIAL

A inovação constitui um dos principais vetores de transformação econômica e social nas sociedades contemporâneas. Tradicionalmente associada ao desenvolvimento tecnológico e à competitividade econômica, a inovação passou a ocupar papel central na compreensão das dinâmicas de crescimento, produtividade e transformação estrutural dos sistemas produtivos e institucionais (Drucker, 1987; OCDE, 2005).

O economista Joseph Schumpeter é amplamente reconhecido como o principal formulador da teoria econômica da inovação. Para Schumpeter (1985), o desenvolvimento econômico ocorre por meio de um processo dinâmico denominado “destruição criativa”, no qual novas tecnologias, produtos, processos e modelos organizacionais substituem estruturas existentes, promovendo transformações estruturais na economia. Nesse sentido, a inovação constitui elemento essencial do capitalismo, sendo responsável pela renovação contínua dos sistemas produtivos e pela criação de novas oportunidades econômicas no âmbito do mercado. Schumpeter (1985) identifica cinco formas fundamentais de inovação: a introdução de novos produtos, a implementação de novos métodos de produção, a abertura de novos mercados, o acesso a novas fontes de matéria-prima e a reorganização de setores econômicos. Essa abordagem estabelece a inovação como elemento estruturante da dinâmica econômica, diretamente associada à ação empreendedora e à geração de valor econômico.

Posteriormente, o conceito de inovação foi ampliado para além da dimensão tecnológica. Drucker (1987) argumenta que a inovação constitui um instrumento fundamental do empreendedorismo, podendo ocorrer não apenas por meio do desenvolvimento tecnológico, mas também por meio de novas formas de organização, gestão e criação de valor. Essa perspectiva contribuiu para ampliar a compreensão da inovação como fenômeno multidimensional, incorporando dimensões organizacionais, institucionais e sociais.

No âmbito institucional, o Manual de Oslo, publicado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005), consolidou uma definição amplamente utilizada

na literatura acadêmica, definindo inovação como a implementação de um produto, processo, método organizacional ou modelo de negócio novo ou significativamente melhorado. Essa definição amplia o conceito de inovação, reconhecendo que as transformações institucionais e organizacionais também constituem formas relevantes de inovação.

Entretanto, a partir das últimas décadas do século XX e no limiar do novo século, observa-se uma ampliação significativa do conceito de inovação, incorporando e expandindo sua dimensão social. Esse movimento está diretamente relacionado à crescente percepção de que os modelos tradicionais de desenvolvimento, orientados predominantemente pela lógica de mercado, mostraram-se insuficientes para responder a desafios sociais complexos, como desigualdade, exclusão social e vulnerabilidade estrutural (Polanyi, 2012; Moulaert et al., 2013; Howaldt et al., 2016).

Nesse contexto, emerge a noção de inovação social, que desloca o foco da inovação da geração exclusiva de valor econômico para a geração de valor social. A inovação social refere-se ao desenvolvimento e à implementação de novas práticas, modelos organizacionais ou estratégias que respondem a necessidades sociais e contribuem para a melhoria das condições de vida dos indivíduos e comunidades (Mulgan et al., 2007; Phillips et al., 2015; Van Wijk et al., 2019; Mildenerberger et al., 2020).

Segundo Bignetti (2011), a inovação social pode ser compreendida como o resultado da aplicação do conhecimento a necessidades sociais por meio da participação e da cooperação entre diferentes atores sociais, gerando soluções duradouras e capazes de promover transformação social. Essa definição enfatiza o caráter coletivo e relacional da inovação social, destacando sua capacidade de promover mudanças estruturais nas relações sociais.

De forma complementar, Phills, Deiglmeier e Miller (2008) destacam que a inovação social envolve soluções que são mais eficazes, eficientes e sustentáveis do que alternativas existentes, gerando valor principalmente para a sociedade como um todo, e não apenas para organizações ou indivíduos específicos. Essa perspectiva reforça o caráter transformador da inovação social, destacando seu potencial de promover inclusão social e fortalecimento do capital social.

Howaldt e Schwarz (2010) argumentam que a inovação social consiste na criação de novas práticas sociais que contribuem para a resolução de problemas sociais e promovem mudanças nas estruturas institucionais e nas relações sociais. Essa abordagem enfatiza que a inovação social não se limita à criação de novas soluções técnicas, mas envolve a transformação das práticas sociais e das estruturas institucionais existentes.

Da mesma forma, Moulaert et al. (2013) destacam que a inovação social está diretamente associada à promoção da inclusão social, à ampliação das capacidades individuais e ao fortalecimento das comunidades. Nesse sentido, a inovação social constitui um instrumento fundamental para o enfrentamento das desigualdades sociais e para a promoção do desenvolvimento humano.

Sob uma perspectiva sociológica, Polanyi (2012) contribui para essa discussão ao demonstrar que os sistemas econômicos estão profundamente inseridos nas estruturas sociais, sendo impossível compreender os processos econômicos dissociados de seus contextos sociais. Em certa medida, essa compreensão reforça a importância da inovação social como mecanismo capaz de promover

transformações que transcendam a lógica puramente econômica, incorporando dimensões sociais e institucionais (Moulaert et al., 2005; Phills et al., 2008; Aoo et al., 2019; Lee et al., 2021).

Nesse sentido, a inovação social pode ser compreendida como uma ampliação do paradigma tradicional da inovação, ao mesmo tempo em que o transcende, ao incorporar dimensões sociais, institucionais e humanas em seus processos e resultados. Enquanto a inovação tradicional está orientada predominantemente à geração de valor econômico, a inovação social orienta-se pela promoção do desenvolvimento humano, da inclusão social e da transformação das condições sociais dos indivíduos e comunidades.

No contexto do terceiro setor, a inovação social assume papel particularmente relevante. As organizações da sociedade civil frequentemente atuam em contextos caracterizados por vulnerabilidade social e exclusão estrutural, desenvolvendo práticas que contribuem para o fortalecimento das capacidades individuais e coletivas e para a promoção da inclusão social.

Nesse sentido, investigar as práticas desenvolvidas por organizações do terceiro setor permite compreender como a inovação social se materializa em contextos institucionais concretos e quais são seus impactos na promoção do desenvolvimento humano e da inclusão social. A análise das práticas desenvolvidas pelo Instituto Pe. Vilson Groh, objeto deste estudo, permite examinar como estratégias institucionais orientadas à formação humana e ao fortalecimento das capacidades individuais podem ser compreendidas como práticas de inovação social, contribuindo para a promoção do reconhecimento como impulsionador do empoderamento e da inclusão social.

Neste estudo, a inovação social é compreendida como processo institucional capaz de produzir transformação emancipatória e, assim, ampliação de capacidades, sendo operacionalizada analiticamente pela dimensão do reconhecimento (dignidade/pertencimento), que gera o empoderamento (autonomia/consciência crítica) e a inclusão social (acesso a direitos e participação).

2.1 RECONHECIMENTO (EMPODERAMENTO E INCLUSÃO SOCIAL): APORTES TEÓRICOS E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS À LUZ DOS RELATÓRIOS INSTITUCIONAIS (2020–2024) E DA EXORTAÇÃO APOSTÓLICA *DILEXI TE*

Mutatis mutandis, as contribuições filosóficas e sociopolíticas sobre reconhecimento, empoderamento e inclusão social, soma-se, de modo fecundo, a reflexão oriunda da Doutrina Social da Igreja, que historicamente também tem oferecido uma leitura crítica das desigualdades estruturais e das formas de exclusão produzidas pelos modelos econômicos e políticos hegemônicos. Desde o final do século XIX, com a encíclica *Rerum Novarum*, de Papa Leão XIII (1891), a Igreja reconhece que a pobreza e a marginalização social não constituem meros acidentes individuais, mas são frequentemente consequência de estruturas sociais injustas que limitam o acesso à dignidade e aos direitos fundamentais.

Essa tradição é aprofundada na contemporaneidade pela Exortação Apostólica *Dilexi Te*, do Santo Padre Leão XIV, que reafirma o amor preferencial pelos pobres como imperativo ético, espiritual e social. Nesse documento, o pontífice sustenta que o amor aos pobres não pode

restringir-se à assistência material, mas deve orientar-se à promoção integral da pessoa humana, reconhecendo sua dignidade, sua capacidade de protagonismo e seu direito à participação plena na vida social. Segundo Leão XIV, o verdadeiro compromisso com os pobres implica criar condições concretas para que deixem de ser objetos de assistência e passem a constituir-se como sujeitos ativos de sua própria história, o que estabelece uma relação direta com a categoria do reconhecimento, que pode se materializar em formas de empoderamento e inclusão social.

Sob essa perspectiva, o reconhecimento constitui o fundamento ético da inclusão social, pois implica reconhecer o outro como sujeito dotado de dignidade intrínseca e potencial transformador. Em aspectos importantes, essa compreensão converge com a ideia de reconhecimento proposta por Honneth (2009), segundo a qual a constituição da identidade e da autonomia individual depende de relações sociais baseadas no respeito, na valorização e na reciprocidade. A ausência de reconhecimento, por sua vez, produz formas de exclusão que comprometem não apenas as condições materiais de existência, mas também a autoestima e a capacidade de ação dos sujeitos.¹

A Exortação *Dilexi Te* reforça essa perspectiva ao afirmar que o amor aos pobres exige mais do que compaixão, exigindo justiça, inclusão e a criação de oportunidades reais de desenvolvimento humano. Nesse sentido, o empoderamento assume papel importante, sendo compreendido como processo por meio do qual as pessoas desenvolvem capacidades, ampliam sua autonomia e tornam-se protagonistas de suas trajetórias. Tal concepção dialoga diretamente com a ideia de emancipação social, a qual depende do desenvolvimento da consciência crítica e da participação ativa dos sujeitos na transformação de suas próprias realidades (Dortier, 2010; Canto-Sperber, 2013).

No que se refere à inclusão social, tanto a Doutrina Social da Igreja quanto o constructo do reconhecimento convergem ao afirmar que a inclusão não se limita ao acesso a recursos materiais, mas envolve a participação efetiva dos sujeitos nos processos sociais, educacionais, econômicos e políticos. A inclusão, portanto, constitui um processo estrutural que pressupõe o reconhecimento da dignidade humana, o fortalecimento das capacidades individuais e a criação de condições institucionais que favoreçam a participação e o desenvolvimento social (Huisman, 2004; Brym et al., 2010).

Assim sendo, o reconhecimento, no que tange à exortação por maior nível de justiça social e emancipação individual e coletiva, encontra assento na Doutrina Social da Igreja,

¹ No âmbito do reconhecimento, o amor e a solicitude constituem o círculo das relações primárias, formado pela família e pelos amigos. Há um segundo momento do reconhecimento, correspondente à esfera das relações jurídicas e sociais, fundada na consideração e no respeito. Por fim, identifica-se um terceiro estágio, caracterizado pela solidariedade, vivenciada em coletividades diversas, como associações e corporações. Nesse terceiro momento, o reconhecimento de cada sujeito encontra-se intrinsecamente vinculado à estima recíproca. Embora apresentem especificidades, esses três momentos não se encontram dissociados, o que revela que o desejo de reconhecimento, por parte do sujeito, perpassa as esferas das relações pessoais e afetivas, da prática profissional e da vida cultural e política (Honneth, 2009). A retomada que Honneth empreende de teses do Idealismo Alemão (Dudley, 2021) não deve ser interpretada como abandono, do ponto de vista da análise do reconhecimento, das condições necessárias ao desenvolvimento da identidade subjetiva e social, como revelam seus escritos (Honneth, 2009; 2015). Além disso, o diálogo crítico e profícuo que Fraser estabelece com a obra de Honneth revela, entre outros aspectos, o resgate da noção de reconhecimento na interface com temas centrais da Economia Política. Ao mesmo tempo em que procura evitar, sob o ponto de vista analítico, as armadilhas reducionistas do economicismo e do culturalismo identitário, Fraser reforça a tese de que a justiça social não deve prescindir, de forma concomitante, do reconhecimento e da redistribuição econômica (Fraser, 2002). Na pesquisa ora apresentada, será considerada essa dupla dimensão, o que permitirá compreender o empoderamento e a inclusão social como dimensões constitutivas do reconhecimento.

especialmente na Exortação *Dilexi*. Torna-se perceptível, desse modo, a relação entre o processo de formação do reconhecimento (subjetivo e social) e o empoderamento e a inclusão social. Articulados, reconhecimento e empoderamento efetivam formas inclusivas e emancipatórias de afirmação de direitos, de promoção da justiça social e de ampliação da mobilidade econômica, entre outras dimensões. Projetos de impacto social, como aqueles realizados pelo IVG, podem gerar reconhecimento e, conseqüentemente, promover empoderamento e inclusão social de indivíduos e comunidades, justamente por contribuírem para a efetivação das condições necessárias ao alcance das três dimensões do reconhecimento - subjetiva, formal e solidária - ampliando, desse modo, os níveis de emancipação.

Essa fundamentação teórica encontra correspondência empírica nas ações desenvolvidas pelo Instituto Pe. Vilson Groh (IVG), conforme evidenciado em seus relatórios institucionais anuais referentes ao período de 2020 a 2024. A análise longitudinal desses documentos revela não apenas a expansão quantitativa das ações desenvolvidas, mas também a consolidação de uma abordagem orientada à promoção do reconhecimento, do empoderamento e da inclusão social.

O Relatório Institucional de 2020 evidencia a continuidade das ações educacionais e comunitárias, mesmo diante dos desafios impostos pela pandemia de Covid-19, demonstrando a capacidade de adaptação institucional e o compromisso com a manutenção dos vínculos sociais e educativos (IVG, 2020). Esse período representou um momento crítico, no qual as ações desenvolvidas contribuíram para mitigar os efeitos sociais da crise, reforçando o papel da instituição como agente de proteção social.

Nos relatórios de 2021 e 2022, observa-se a ampliação gradual das atividades e o fortalecimento das parcerias institucionais, evidenciando um processo de consolidação organizacional e de expansão do alcance social das iniciativas desenvolvidas (IVG, 2021; 2022). Esse processo contribuiu para o fortalecimento das capacidades individuais e coletivas dos sujeitos atendidos, favorecendo sua inserção em trajetórias educacionais e sociais mais amplas.

O Relatório Institucional de 2023 destaca o aprofundamento das estratégias de articulação em rede, envolvendo organizações da sociedade civil, instituições educacionais, setor público e iniciativa privada (IVG, 2023). Essa articulação amplia o alcance das ações e fortalece os processos de inclusão social, ao promover a integração dos sujeitos em diferentes esferas da vida social.

Por sua vez, o Relatório Institucional de 2024 evidencia a consolidação dessas práticas e o alcance ampliado das ações desenvolvidas, com impacto direto e indireto sobre milhares de pessoas na região da Grande Florianópolis (IVG, 2024). Os dados demonstram não apenas a expansão quantitativa das ações, mas também sua contribuição qualitativa para o fortalecimento das trajetórias educacionais, profissionais e sociais dos sujeitos atendidos.

A análise desses relatórios revela que as práticas desenvolvidas pelo Instituto Pe. Vilson Groh (IVG) transcendem a lógica assistencialista, configurando-se como estratégias orientadas ao desenvolvimento humano, à promoção da autonomia e à inclusão social. Essa abordagem encontra profunda consonância com os princípios éticos e sociais apresentados na Exortação Apostólica

Dilexi Te, que destaca a necessidade de promover o reconhecimento por meio da afirmação do pertencimento, da dignidade, da autonomia e do protagonismo dos pobres como elementos centrais da justiça social.

Nesse sentido, as ações desenvolvidas pelo Instituto Pe. Vilson Groh (IVG) podem ser compreendidas como práticas concretas de inovação social, na medida em que contribuem para a transformação das condições sociais dos sujeitos atendidos, promovendo reconhecimento, empoderamento e inclusão social. Ao articular formação educacional, fortalecimento comunitário e desenvolvimento humano, a instituição contribui para a construção de trajetórias de emancipação individual e coletiva, reafirmando o papel das organizações do terceiro setor como agentes estratégicos na promoção da justiça social e na redução das desigualdades estruturais.

A referência à Doutrina Social da Igreja é utilizada como marco ético-normativo complementar, não como evidência empírica, articulando-se às categorias sociopolíticas de reconhecimento e justiça social.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo exploratório, com abordagem qualitativa e delineamento na forma de estudo de caso único, tendo como unidade de análise o Instituto Pe. Vilson Groh (IVG), organização da sociedade civil com sede em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. A opção pelo estudo exploratório justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão acerca das práticas de inovação social desenvolvidas pela instituição, especialmente no que se refere às dimensões de reconhecimento, empoderamento e inclusão social. Conforme Gil (2008), a pesquisa exploratória permite ampliar o entendimento sobre fenômenos sociais complexos ainda em processo de consolidação teórica, possibilitando o desenvolvimento de análises interpretativas fundamentadas em evidências empíricas.

A abordagem qualitativa foi adotada por possibilitar a análise interpretativa de fenômenos sociais em seu contexto real, considerando suas dimensões institucionais, sociais e históricas. Segundo Minayo (2014), a pesquisa qualitativa permite compreender processos sociais complexos por meio da análise de significados, práticas e estruturas sociais, sendo particularmente adequada para estudos que investigam organizações sociais e processos de transformação social.

O delineamento metodológico fundamenta-se no estudo de caso único, estratégia considerada apropriada quando se busca compreender fenômenos contemporâneos em profundidade e em seu contexto real, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidas (Yin, 2015). A escolha do Instituto Pe. Vilson Groh como unidade de análise justifica-se por sua relevância institucional, pela consistência de sua atuação social e pela disponibilidade de registros institucionais sistematizados ao longo do período investigado, permitindo a análise longitudinal de suas práticas e impactos sociais.

A coleta de dados baseou-se predominantemente na análise documental de fontes

primárias institucionais, especialmente os relatórios institucionais anuais do Instituto Pe. Vilson Groh referentes aos anos de 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024. Esses relatórios constituem documentos formais produzidos sistematicamente pela organização, contendo informações sobre sua estrutura institucional, programas desenvolvidos, público atendido, estratégias de atuação e impactos sociais alcançados.

A análise documental constitui técnica amplamente utilizada na pesquisa qualitativa, permitindo o acesso a evidências empíricas produzidas no contexto organizacional. Conforme Cellard (2008), os documentos institucionais representam fontes relevantes de dados, pois expressam práticas organizacionais, diretrizes institucionais e resultados das ações desenvolvidas. A utilização desses documentos permitiu realizar uma análise longitudinal das práticas institucionais, possibilitando identificar padrões de atuação, processos de consolidação institucional e evidências relacionadas aos impactos sociais promovidos pela organização ao longo do período investigado.

Como procedimento complementar de contextualização institucional, foram realizadas conversas institucionais consentidas com membros e participantes vinculados ao Instituto Pe. Vilson Groh. Essas interações tiveram caráter exclusivamente contextual e interpretativo, não sendo utilizadas como fonte sistemática de coleta de dados empíricos. Sua finalidade foi contribuir para a compreensão do contexto institucional e das práticas descritas nos documentos analisados, sem constituir técnica formal de coleta de dados primários.

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), que consiste em um conjunto de procedimentos sistemáticos e objetivos de análise das comunicações, permitindo identificar categorias, padrões e significados relevantes para a investigação. Esse método permite interpretar conteúdos documentais de forma rigorosa, possibilitando a articulação entre os dados empíricos e o referencial teórico adotado.

As unidades de registro corresponderam a trechos descritivos e analíticos dos relatórios referentes a programas, público atendido, parcerias, objetivos formativos e indicadores de alcance. A categorização seguiu o eixo: reconhecimento (dignidade, pertencimento e reposicionamento como sujeito de direitos) como gerador do empoderamento (autonomia, protagonismo e ampliação de capacidades) e da inclusão social (acesso a oportunidades, participação e integração a redes educacionais e comunitárias).

O processo de análise seguiu as três etapas fundamentais propostas por Bardin (2011): pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos resultados. Na etapa de pré-análise, foi realizada a organização e a leitura flutuante dos relatórios institucionais, visando à familiarização com o material. Na etapa de exploração do material, foram identificadas unidades de registro e unidades de contexto relacionadas às categorias analíticas da pesquisa. Por fim, na etapa de tratamento e interpretação, os dados foram analisados à luz do referencial teórico sobre inovação social, reconhecimento (empoderamento e inclusão social).

As categorias analíticas utilizadas foram definidas com base no referencial teórico adotado, compreendendo a dimensão do reconhecimento (Honneth, 2009; 2015; Fraser, 2002) impulsionador do empoderamento e da inclusão social (Huisman, 2004; Brym et al., 2010; Dortier,

2010; Canto-Sperger, 2013), articulada ao conceito de inovação social (Bignetti, 2011; Mulgan et al., 2007; Moulart et al., 2013; Phillips et al., 2015; Howaldt et al., 2016; Shier et al., 2019). Essas categorias orientaram a análise dos dados documentais, permitindo identificar evidências empíricas relacionadas às práticas institucionais e seus impactos sociais.

No que se refere aos critérios de rigor científico, foram adotados procedimentos que asseguram a validade e a confiabilidade da pesquisa. A validade do constructo foi fortalecida pela utilização de documentos institucionais formais e sistematicamente produzidos, enquanto a validade interna foi assegurada pela análise longitudinal dos dados, permitindo identificar padrões consistentes ao longo do tempo. A confiabilidade da pesquisa foi garantida pela descrição detalhada dos procedimentos metodológicos adotados, possibilitando a replicabilidade do estudo (Yin, 2015).

Como limitação, destaca-se que a pesquisa se baseia predominantemente em documentos institucionais produzidos pela própria organização, o que pode refletir sua perspectiva institucional. No entanto, a utilização de documentos formais, públicos e produzidos sistematicamente ao longo do tempo contribui para a consistência e a confiabilidade das evidências analisadas. Além disso, o estudo de caso único não permite generalização estatística dos resultados, mas possibilita a generalização analítica, contribuindo para o avanço teórico e para a compreensão aprofundada do fenômeno investigado (Yin, 2015).

Apesar dessas limitações, os procedimentos metodológicos adotados permitiram realizar uma análise consistente e rigorosa das práticas desenvolvidas pelo Instituto Pe. Vilson Groh, possibilitando compreender de que forma suas ações contribuem para a promoção do reconhecimento, do empoderamento e da inclusão social, configurando-se como práticas de inovação social no contexto do terceiro setor brasileiro.

Embora o estudo não permita generalização estatística, os resultados contribuem para a generalização analítica do fenômeno investigado, conforme proposto por Yin (2015), ao permitir o refinamento conceitual da inovação social no contexto do terceiro setor.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Instituto Pe. Vilson Groh (IVG), fundado em 2011, constitui-se como uma organização da sociedade civil cuja atuação se orienta pela promoção do desenvolvimento humano, da inclusão social e do fortalecimento das capacidades individuais e coletivas de populações em situação de vulnerabilidade social. Sua atuação territorial concentra-se predominantemente na região da Grande Florianópolis, contexto marcado por desigualdades socioeconômicas estruturais, precariedade no acesso a direitos sociais e limitações nas oportunidades educacionais e profissionais. Nesse cenário, a instituição desenvolve programas educacionais, socioeducativos e comunitários que visam não apenas mitigar efeitos imediatos da vulnerabilidade social, mas promover processos estruturantes de transformação social, alinhando-se às concepções contemporâneas de inovação social discutidas até aqui, que enfatizam o desenvolvimento de soluções capazes de transformar relações sociais e ampliar capacidades humanas (Bignetti, 2011; Mulgan et al., 2007; Moulart et al., 2013; Phillips et

al., 2015; Howaldt et al., 2016; Shier et al., 2019).

A análise longitudinal dos relatórios institucionais referentes ao período de 2020 a 2024 evidencia um processo consistente de consolidação institucional e ampliação progressiva do impacto social promovido pela organização. Esse período revela não apenas a continuidade das ações institucionais, mas também o fortalecimento de sua capacidade organizacional, sua adaptação a contextos adversos e sua crescente relevância como agente promotor de inclusão social.

No ano de 2020, em decorrência da pandemia de Covid-19, as populações em situação de vulnerabilidade social foram particularmente afetadas pela interrupção de atividades educacionais, pela redução da renda familiar e pelo agravamento das desigualdades sociais. Nesse contexto, os relatórios institucionais indicam que o Instituto Pe. Vilson Groh manteve suas atividades e adaptou suas estratégias de atuação, garantindo a continuidade dos programas educacionais e socioeducativos e contribuindo para a preservação dos vínculos institucionais e comunitários (IVG, 2020). Essa capacidade adaptativa evidencia a resiliência institucional e sua função como agente de estabilização social em contextos de crise.

Nos anos subsequentes, especialmente em 2021 e 2022, observa-se um processo progressivo de expansão institucional, caracterizado pela ampliação das ações desenvolvidas, pelo fortalecimento das parcerias institucionais e pela consolidação de sua atuação em rede. Esse processo evidencia o fortalecimento da capacidade organizacional da instituição e sua consolidação como agente relevante no campo da inovação social, contribuindo para o desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas dos sujeitos atendidos. Essa dinâmica está diretamente alinhada à perspectiva da construção da identidade subjetiva e social e do empoderamento, segundo a qual o desenvolvimento deve ser compreendido como um processo de pertencimento e de expansão das capacidades humanas, permitindo aos indivíduos ampliar suas possibilidades de escolha e de participação social (Honneth, 2009; 2015; Fraser, 2002; Dortier, 2010; Canto-Sperber, 2013).

O ano de 2023 representa um momento significativo de consolidação institucional, com o registro de 5.491 matrículas em programas educacionais e socioeducativos e o atendimento direto a 2.909 famílias (IVG, 2023). Esses dados evidenciam não apenas a ampliação quantitativa das ações desenvolvidas, mas também a consolidação de uma estrutura institucional capaz de promover intervenções sociais sistemáticas e de longo prazo. A ampliação do número de beneficiários indica o fortalecimento da capacidade institucional de responder às demandas sociais, contribuindo para a promoção de trajetórias de inclusão social e desenvolvimento humano (Huisman, 2004; Brym et al., 2010).

O ano de 2024 representa um marco relevante na trajetória institucional, com impacto direto e indireto sobre mais de 19 mil pessoas, conforme evidenciado nos relatórios institucionais analisados (IVG, 2024). Esse crescimento expressivo evidencia não apenas a expansão quantitativa das ações desenvolvidas, mas também o fortalecimento qualitativo das estratégias institucionais voltadas à promoção da inclusão social e do desenvolvimento humano. Esse aumento do alcance institucional indica a consolidação de um modelo organizacional estruturado, capaz de produzir impactos sociais consistentes e sustentáveis ao longo do tempo.

Entre os programas estruturantes desenvolvidos pela instituição, destacam-se iniciativas como

a Marista Escola Social São José, que atendeu diretamente 1.071 estudantes em 2024, e o Centro Educacional Popular (CEDEP), que alcançou 384 crianças, adolescentes e jovens. Além disso, o programa Pode Crer, desenvolvido entre os anos de 2021 e 2024, beneficiou diretamente 1.509 participantes, contribuindo para o fortalecimento do protagonismo juvenil e para a ampliação das capacidades individuais e sociais dos sujeitos atendidos (IVG, 2024).

No plano analítico, a elevação do volume de matrículas e famílias atendidas não expressa apenas crescimento operacional, mas sinaliza capacidade institucional de estabilização e ampliação de oportunidades em território vulnerável — componente central da inclusão social. Ao mesmo tempo, programas com intencionalidade formativa e foco em protagonismo juvenil funcionam como vetor de empoderamento, ao deslocar o sujeito do lugar de “beneficiário” para “ator” de projeto de vida.

Esses dados evidenciam que as práticas desenvolvidas pelo Instituto Pe. Vilson Groh não se limitam à prestação de serviços assistenciais, mas constituem intervenções estruturadas orientadas à promoção da autonomia, da inclusão social e do desenvolvimento humano – condição que, como lembra Fraser (2002), também se revela fundamental para o reconhecimento. Essa atuação está diretamente alinhada ao conceito de inovação social, que, conforme Bignetti (2011) e Mulgan et al. (2007), envolve o desenvolvimento de soluções que produzem transformações sociais estruturais e contribuem para o fortalecimento das capacidades dos sujeitos e comunidades.

Em face do exposto, evidencia-se que a dimensão do reconhecimento, conforme proposta por Honneth (2009; 2015), constitui elemento central na análise das práticas desenvolvidas pela instituição. O reconhecimento refere-se ao processo por meio do qual os indivíduos passam a ser percebidos e a perceber-se como sujeitos dotados de dignidade, valor e capacidade de participação social. As ações educacionais e socioeducativas desenvolvidas pelo Instituto Pe. Vilson Groh contribuem diretamente para esse processo, promovendo o fortalecimento da identidade, da autoestima e da percepção de pertencimento social dos sujeitos atendidos.

Assim sendo, a dimensão do empoderamento manifesta-se por meio das estratégias educacionais e formativas implementadas pela instituição, que promovem o desenvolvimento da autonomia, da consciência crítica e da capacidade de ação dos sujeitos atendidos. Esse processo está diretamente alinhado à concepção de educação como prática de liberdade, segundo a qual a educação se constitui como instrumento fundamental de emancipação social e de transformação das condições de vida dos sujeitos. Ao promover o acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento de competências sociais e cognitivas, a instituição contribui para a ampliação das capacidades individuais e para a construção de trajetórias de autonomia social (Dortier, 2010; Canto-Sperber, 2013).

A inclusão social, por sua vez, manifesta-se por meio da integração dos sujeitos atendidos em processos educacionais, sociais e comunitários estruturados. Nessa perspectiva, a inclusão social relaciona-se diretamente à ampliação das capacidades e das liberdades subjetivas e sociais, permitindo aos indivíduos participar de forma plena da vida social. Assim, as ações desenvolvidas pela instituição contribuem para a expansão dessas capacidades, promovendo processos estruturados de inclusão social e de desenvolvimento humano (Huisman, 2004; Brym et al., 2010).

Outro aspecto central identificado na análise dos relatórios institucionais refere-se à

atuação em rede como estratégia estruturante da intervenção institucional. A articulação entre organizações da sociedade civil, instituições educacionais, poder público e iniciativa privada permite ampliar o alcance das ações desenvolvidas e fortalecer sua eficácia. Essa atuação em rede constitui elemento fundamental da inovação social, conforme destacado por Moulaert et al. (2013), que enfatizam o papel das redes institucionais na promoção de processos de transformação social.

A análise dos dados evidencia que o Instituto Pe. Vilson Groh consolidou um modelo institucional orientado à promoção do reconhecimento, do empoderamento e da inclusão social, contribuindo para a transformação das condições sociais dos sujeitos atendidos. Esse modelo configura-se como uma experiência consistente de inovação social, evidenciando o papel estratégico das organizações da sociedade civil na promoção do desenvolvimento humano e na redução das desigualdades sociais.

Os resultados deste estudo reforçam a compreensão de que a inovação social constitui um instrumento fundamental na promoção de processos estruturados de transformação social, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais. A atuação do Instituto Pe. Vilson Groh evidencia que organizações do terceiro setor podem desempenhar papel estratégico na promoção da inclusão social, contribuindo para o fortalecimento das capacidades humanas e para a construção de sociedades mais justas e inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar de que forma as ações desenvolvidas pelo Instituto Pe. Vilson Groh (IVG) podem ser compreendidas como práticas de inovação social, considerando suas contribuições para a promoção do reconhecimento gerador do empoderamento e da inclusão social de populações em situação de vulnerabilidade social. Para alcançar esse objetivo, adotou-se uma abordagem qualitativa, com delineamento na forma de estudo de caso único, fundamentada na análise documental longitudinal dos relatórios institucionais referentes ao período de 2020 a 2024.

Os resultados obtidos evidenciam que o Instituto Pe. Vilson Groh consolidou sua atuação como agente relevante de inovação social no contexto do terceiro setor brasileiro, demonstrando capacidade institucional de promover intervenções estruturadas e sustentáveis voltadas ao desenvolvimento humano e à inclusão social. A análise longitudinal dos relatórios institucionais permitiu identificar um processo consistente de consolidação organizacional, caracterizado pela continuidade das ações desenvolvidas, pela ampliação progressiva do número de beneficiários e pelo fortalecimento das estratégias institucionais voltadas à promoção da inclusão social.

Os dados analisados demonstram que, mesmo diante de contextos adversos, como a pandemia de Covid-19, a instituição manteve e adaptou suas atividades, assegurando a continuidade dos processos educacionais e socioeducativos e contribuindo para a preservação dos vínculos sociais e institucionais. Nos anos subsequentes, observou-se um processo de expansão institucional progressiva, culminando, em 2024, com o impacto direto e indireto sobre mais de 19

mil pessoas. Esse crescimento evidencia não apenas a ampliação quantitativa das ações desenvolvidas, mas também o fortalecimento qualitativo das estratégias institucionais e sua capacidade de produzir impactos sociais consistentes e sustentáveis.

No que se refere à dimensão do reconhecimento, verificou-se que as ações desenvolvidas pela instituição contribuem significativamente para o fortalecimento da identidade e da autoestima dos sujeitos atendidos, promovendo sua reinserção social e o reconhecimento de sua dignidade enquanto sujeitos. Esse processo está diretamente alinhado à teoria do reconhecimento proposta por Honneth (2009; 2015), considerando também as contribuições de Fraser (2002), que compreende o reconhecimento como elemento fundamental na constituição da autonomia individual, na participação social plena e na promoção da justiça social.

Nessa perspectiva, a dimensão do empoderamento manifesta-se por meio das estratégias educacionais e socioeducativas desenvolvidas pela instituição, as quais promovem o desenvolvimento da autonomia, da consciência crítica e da capacidade de ação dos sujeitos atendidos. Essas práticas estão alinhadas à concepção de educação como instrumento de emancipação social, contribuindo para a ampliação das capacidades individuais e para a construção de trajetórias de autonomia social e profissional.

No que se refere à inclusão social, verificou-se que as ações desenvolvidas pelo Instituto Pe. Vilson Groh contribuem para a ampliação do acesso a direitos fundamentais e para a integração dos sujeitos atendidos em processos sociais, educacionais e comunitários estruturados. Esse processo está diretamente relacionado à perspectiva segundo a qual o desenvolvimento deve ser compreendido como a expansão das capacidades humanas – individuais e coletivas – e das oportunidades de participação social.

Outro aspecto relevante identificado refere-se ao modelo de atuação em rede adotado pela instituição, que permite a articulação entre diferentes atores sociais, incluindo organizações da sociedade civil, instituições educacionais, poder público e iniciativa privada. Essa articulação constitui elemento fundamental para a ampliação do alcance e da eficácia das ações desenvolvidas, evidenciando o papel das redes institucionais como elemento estruturante da inovação social.

A partir dos resultados obtidos, é possível afirmar que as práticas desenvolvidas pelo Instituto Pe. Vilson Groh configuram-se como experiências consistentes de inovação social, na medida em que promovem transformações estruturais nas condições de vida dos sujeitos atendidos, contribuindo para o fortalecimento de suas capacidades individuais e para sua inclusão social. Essas práticas evidenciam o potencial das organizações da sociedade civil como agentes estratégicos na promoção do desenvolvimento humano e no enfrentamento das desigualdades sociais.

Do ponto de vista teórico, este estudo contribui para o avanço da compreensão da inovação social como processo estruturado de transformação social, articulando as dimensões de reconhecimento, empoderamento e inclusão social como elementos centrais desse processo. Ao integrar contribuições teóricas oriundas da sociologia, da economia, da educação e dos estudos organizacionais, o estudo reforça a compreensão da inovação social como fenômeno multidimensional, que ultrapassa a lógica tradicional da inovação orientada exclusivamente à geração de valor econômico.

Do ponto de vista empírico, o estudo contribui ao evidenciar, por meio de análise documental longitudinal, como uma organização da sociedade civil estruturou e consolidou práticas institucionais capazes de produzir impactos sociais consistentes ao longo do tempo. Essa evidência contribui para o fortalecimento do campo de estudos sobre inovação social, especialmente no contexto brasileiro, ainda caracterizado por lacunas empíricas relevantes.

Como limitação, destaca-se que o estudo se baseou predominantemente em documentos institucionais produzidos pela própria organização, o que pode refletir sua perspectiva institucional. No entanto, a utilização de documentos formais, produzidos sistematicamente ao longo do tempo e analisados de forma longitudinal, contribui para a consistência e a confiabilidade das evidências analisadas. Além disso, conforme argumenta Yin (2015), o estudo de caso permite generalização analítica, contribuindo para o desenvolvimento teórico e para a compreensão aprofundada do fenômeno investigado.

Como implicação prática, os resultados indicam que organizações da sociedade civil podem desempenhar papel estratégico na promoção da inovação social, especialmente quando adotam modelos de atuação estruturados, baseados na promoção do reconhecimento, do desenvolvimento humano, na articulação em rede e no fortalecimento das capacidades individuais e coletivas dos sujeitos atendidos.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras possam ampliar a análise para outras organizações do terceiro setor, bem como investigar os impactos de longo prazo das práticas de inovação social nas trajetórias educacionais, sociais e profissionais dos sujeitos atendidos. Tais investigações poderão contribuir para o aprofundamento da compreensão sobre o papel das organizações sociais na promoção do desenvolvimento humano e na construção de sociedades mais inclusivas e equitativas.

A análise realizada permite identificar que a inovação social, no caso investigado, não se manifesta como evento isolado, mas como processo institucional contínuo estruturado em três dimensões interdependentes: (1) oferta de oportunidades educacionais e socioeducativas, que ampliam capacidades individuais; (2) construção de vínculos institucionais e comunitários, que favorecem o reconhecimento e o pertencimento social; e (3) articulação em rede com múltiplos atores, que assegura a sustentabilidade e a ampliação do alcance das ações. Esse arranjo institucional evidencia que a inovação social resulta da combinação entre práticas formativas, reconhecimento institucional e capacidade organizacional de mobilização de recursos e parcerias.

Dessa forma, conclui-se que o Instituto Pe. Vilson Groh constitui um caso consistente e relevante de inovação social no contexto brasileiro, evidenciando que práticas institucionais orientadas ao reconhecimento, ao empoderamento e à inclusão social podem contribuir de forma significativa para a transformação das condições sociais e para a redução das desigualdades estruturais.

REFERÊNCIAS

- AOO, K.; ABE, N.; KANO, M. R. To be supported, or not to be: images of older people in policy and the reality in local communities in Japan. *Frontiers in Sociology*, v. 4, n. 16, 2019.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BIGNETTI, Luiz Paulo. *As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa*. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, v. 47, n. 1, p. 3–14, 2011.
- BRYM, J. R.; LIE, J.; HAMLIN, C. L.; MUTZENBERG, R.; SOARES, E. V.; SOUTO MAIOR, H. P. *Sociologia – sua bússola para um novo mundo*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- BULT, Paul. *IKEA social initiative: Project proposal*. Disponível em: www.undp.com. Acesso em: 2014.
- CANTO-SPERBER, M. *Dicionário de ética e filosofia moral*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2013.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- DORTIER, Jean-François. *Dicionário de ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- DRUCKER, Peter Ferdinand. *Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios*. São Paulo: Pioneira, 1987.
- DUDLEY, Will. *Idealismo Alemão*. Petrópolis: Vozes, 2021.
- FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FRANCISCO. *Evangelii Gaudium: exortação apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. Vaticano, 2013.
- FRANCISCO. *Fratelli Tutti: sobre a fraternidade e a amizade social*. Vaticano, 2020.
- FRASER, Nancy. *Redistribuição ou reconhecimento? Classe e status na sociedade contemporânea*. São Paulo: Cortez, 2002.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- HONNETH, Axel. *O direito da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- HOWALDT, J.; DOMANSKI, D.; KALETKA, C. *Inovação social: em direção a um novo paradigma de inovação*. RAM. Revista de Administração Mackenzie, v. 17, n. 6, p. 20–44, 2016.
- HOWALDT, Jürgen; SCHWARZ, Michael. *Social innovation: concepts, research fields and international trends*. Dortmund: Sozialforschungsstelle, 2010.
- HUISMAN, Denis. *Dicionário dos filósofos*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- INSTITUTO PE. VILSON GROH. *Relatório Social 2020*. Florianópolis: Instituto Pe. Vilson Groh, 2021.
- INSTITUTO PE. VILSON GROH. *Relatório Social 2021*. Florianópolis: Instituto Pe. Vilson Groh, 2022.
- INSTITUTO PE. VILSON GROH. *Relatório Social 2022*. Florianópolis: Instituto Pe. Vilson Groh, 2023.
- INSTITUTO PE. VILSON GROH. *Relatório Social 2023*. Florianópolis: Instituto Pe. Vilson Groh, 2024.
- INSTITUTO PE. VILSON GROH. *Relatório Social 2024*. Florianópolis: Instituto Pe. Vilson Groh, 2025.
- LEÃO XIII. *Rerum Novarum: sobre a condição dos operários*. Vaticano, 1891.
- LEÃO XIV. *Dilexi Te: exortação apostólica sobre o amor para com os pobres*. Vaticano, 2025.

LEE, E. K. M.; LEE, H.; KEE, C. H.; KWAN, C. H.; NG, C. H. Social impact measurement in incremental social innovation. *Journal of Social Entrepreneurship*, v. 12, n. 1, p. 69-86, 2021.

LISBOA, Armando de Melo. *Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites*. Florianópolis: UFSC, 2006.

MILDENBERGER, G.; SCHIMPF, G.; STREICHER, J. Social Innovation Assessment? Reflections on the impacts of social innovation on society - Outcomes of a systematic literature review. *European Public & Social Innovation Review*, v. 5, n. 2, p. 1-13, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOULAERT, F.; MARTINELLI, F.; SWYNGEDOUW, E.; GONZALEZ, S. Towards alternative model(s) of local innovation. *Urban studies*, v. 42, n. 11, p. 1969-1990, 2005.

MOULAERT, Frank et al. *The international handbook on social innovation*. Cheltenham: Edward Elgar, 2013.

MULGAN, Geoff et al. *Social innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated*. Oxford: Skoll Centre, 2007.

OCDE. *Manual de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação*. 3. ed. Paris: OECD, 2005.

PHILLIPS, W., LEE, H., GHOBADIAN, A., O'REGAN, N., & JAMES, P. *Social innovation and social entrepreneurship: A systematic review*. *Group & Organization Management*, 40, 3, p. 428-461, 2015.

PHILLS JR., James; DEIGLMEIER, Kriss; MILLER, Dale. Rediscovering social innovation. *Stanford Social Innovation Review*, Stanford, v. 6, n. 4, p. 34-43, 2008.

PHILLS, J. A.; DEIGLMEIER, K.; MILLER, D. T. Rediscovering social innovation. *Stanford Social Innovation Review*, v. 6, n. 4, p. 34-43, 2008.

POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Preparação para o trabalho e determinação das condições adequadas para o exercício satisfatório das atividades. In: SEMINÁRIO PROFISSIONALIZAÇÃO DA PESSOA DEFICIENTE – BOLSA DE TRABALHO, 1997.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SHIER, M. L.; HANDY, F.; JENNINGS, C. Intraorganizational conditions supporting social innovations by human service nonprofits. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, v. 48, n. 1, p. 173-193, 2019.

SINGHAL, Divya. Women empowerment through social initiatives: an Indian story. *DLSU Business & Economics Review*, v. 24, n. 1, p. 35-44, 2014.

SOUZA, Jaqueline Maria et al. Aplicabilidade prática do empowerment nas estratégias de promoção da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 7, p. 2265-2276, 2014.

VAN WIJK, J., ZIETSMA, C., DORADO, S., de BAKKER, F. G., & MARTÍ, I. Social innovation: Integrating micro, meso, and macro level insights from institutional theory. *Business & Society*, 58, 5, 887-918, 2019.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.